

Fronteira: a construção da identidade transcultural dos imigrantes chilenos no Brasil

Mariela E. Toro Gonzalez¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de socialização dos imigrantes chilenos que chegaram ao Brasil na década de 1970 chamando a atenção para as peculiaridades dessa imigração no país, através da análise das redes sociais, das práticas de cooperação e solidariedade, do círculo de amigos, dos vínculos com a terra natal. Também analisamos as implicações que envolvem o retorno à terra natal. Além disso, chama a atenção para o fato desta imigração se caracterizar como uma imigração econômica, desmistificando o imaginário de que o imigrante chileno é um exilado político.

Palavras-chave: Migrações internacionais, Imigração chilena; Identidade; Redes de Sociabilidade.

Abstract: This paper aims to analyze the process of socialization of Chileans immigrants who arrived in Brazil in the 1970's, drawing attention to the peculiarities of this immigration in the country, through the analysis of social networks, cooperation and solidarity practices, the circle of friends, the ties with the homeland and the issues about the return. Furthermore, draws the attention to the fact that this immigration is characterized as an economic immigration, demystifying the imagination that puts the Chilean immigrant as a political exiled.

Keywords: International Migration, Chilean Immigration; Identity; Sociability networks.

¹ Formada em Ciências Sociais pela PUC-SP e mestranda do Programa de Ciências Sociais da PUC-SP. E-mail: mariela.toro@gmail.com.

Introdução

O Brasil sempre se caracterizou como polo receptor de imigrantes vindo de países latino-americanos, mas é na década de 1970 que essa mobilidade de pessoas vindas dos países vizinhos se torna mais expressiva, caracterizando-se, pela primeira vez, como grandes fluxos migratórios. Essas migrações se deram a partir das políticas de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e pela ocorrência de regimes ditatoriais.

O Chile, até a década de 1970, não se caracterizava por ser um país de grandes fluxos emigratórios. Ao mesmo tempo, o Brasil, que já era conhecido por ser um país receptor de imigrantes, principalmente de outros continentes, não havia recebido tantos chilenos até a década de 1970. Portanto, pode-se afirmar que este é o primeiro contingente migratório vindo do Chile para o Brasil.

Poucos são os estudos realizados sobre a imigração chilena no Brasil. Grande parte deles tratam da questão do exílio político, mas quase não existem trabalhos que chamem a atenção para os imigrantes econômicos. O caráter da imigração chilena para o Brasil, como poucos sabem, foi econômico. Logo após o golpe militar de 1973, o Chile - que já vinha sofrendo uma crise econômica em função de diversos boicotes sofridos pelo governo de Salvador Allende - vê agravar seu quadro econômico. Os salários foram reduzidos e os índices de desemprego cresceram assustadoramente. Foi nesse contexto que muitos chilenos decidiram sair do país em busca de melhores condições de vida. O Brasil vivia os anos do milagre econômico, além de estar em vigor, nessa mesma época, uma política de “importação” de profissionais especializados em áreas técnicas. Esses fatores foram decisivos para que o imigrante chileno escolhesse o Brasil como possível lugar de estabelecimento. Somando-se a isso, a proximidade que o país tem com o Chile também pesou na hora da decisão, já que estes imigrantes não desejavam se afastar do país de origem e também da família que lá ficou.

Assim, este artigo tem como questão central analisar a incidência do processo migratório na construção de uma nova forma de representar o mundo e organizar-se socialmente deste primeiro contingente de imigrantes chilenos, que chegaram no Brasil na década de 1970, através das redes de sociabilidade, chamando a atenção para as peculiaridades dessa imigração no Brasil: as redes sociais, as práticas de cooperação e solidariedade, o círculo de amigos, os vínculos com a terra natal e a questão do retorno.

Este artigo tem como base a pesquisa de iniciação científica “São Paulo: estrangeiros na metrópole”, que a autora realizou durante os de anos de 2001-2003 e no trabalho de conclusão de curso realizado em 2004.

Imigrações na América Latina

A América Latina caracterizou-se como área de imigração intercontinental até meados do século XX pela chegada de grande volume de imigrantes dos países europeus – e também asiáticos, no caso do Brasil – que tiveram um papel determinante no desenvolvimento de seus países.

No entanto, as migrações limítrofes adquiriram importância somente nos anos de 1950, por consequência do emergente processo de industrialização em alguns países latino-americanos, especialmente Brasil, Argentina e Venezuela. Nos anos de 1960, os movimentos migratórios intrarregionais ganharam maior impulso assumindo diferentes características: migrações temporárias, fronteiriças, permanentes para áreas agrícolas e para a cidade. É comum, nesta época, também, uma nação se constituir ao mesmo tempo como receptora e “expulsora” de mão de obra imigrante.

Entre os países do Cone Sul, a Argentina se constituía como maior polo de atração de imigrantes limítrofes, tanto pelo volume de pessoas quanto pela variedade das nacionalidades de origem. O país oferecia maiores possibilidades de trabalho e melhores salários do que outros países da América do Sul possibilitando condições estruturais, econômicas, políticas e demográficas para atrair os imigrantes. As causas do aumento das migrações fronteiriças encontram-se nas diferenças estruturais entre os países da região, nas diferentes taxas de crescimento econômico e demográfico e nos traços culturais e socioeconômicos em comum (BONASSI, 2000). Trata-se, em sua maioria, de migrações forçadas, provocadas pela pobreza e também por conflitos e guerras internas, perseguições ideológicas e política dos regimes militares.

Mas é na década de 1970 que estas migrações limítrofes para o Brasil começaram a ter um significado expressivo. Estas migrações se deram a partir das políticas de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e pela ocorrência de regimes ditatoriais. De fato, nessa época, assumiram o poder, em diversos países, governos ditatoriais altamente repressivos: Bolívia (1972), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (1976). Foi a partir da tomada do poder pelo governo militar que ocorre, pela primeira vez na região, um êxodo maciço de exilados políticos, marcados pela clandestinidade.

O Brasil vivia, naqueles anos, uma relativa prosperidade. Por isso, muitos desses imigrantes se dirigiram para “o país do progresso, do futuro, do milagre econômico”. Além disso, o regime militar brasileiro era considerado “menos repressivo” do que nos países como a Argentina e o Chile.

É importante chamar a atenção para a questão das políticas migratórias, já que se revelam muitas vezes decisivas no que diz respeito à amplitude, à duração e à direção dos fluxos migratórios. De fato, as grandes etapas da história das migrações são marcadas pelos desdobramentos das regulamentações estatais.

Apesar das políticas restritivas, os fluxos migratórios na região do Cone Sul mantiveram-se e intensificaram-se, aumentando, nesse período, a presença de imigrantes ilegais. Com o objetivo de limitar a entrada de estrangeiros, apelou-se para o conceito de securitização. No Brasil, em 1969, promulgou-se o Estatuto do Estrangeiro, a fim de restringir a entrada de intelectuais, “subversivos e invasores”, favorecendo, em contrapartida, a vinda de técnicos a serviço do capital estrangeiro. Esse Decreto-Lei continha uma lista de profissões de alta especialização, em relação as quais os estrangeiros deveriam se enquadrar para poder permanecer de forma regular no país (SANTOS, 1991).

A imigração chilena dos anos 70

A emigração chilena foi vista em todo o mundo fundamentalmente como um exílio político, posto que o país vivia sob uma ditadura militar muito repressiva. Logicamente que a premissa do exílio não carece de sentido, pois de fato houveram milhares de pessoas que saíram do país como exilados políticos. Mas o que pouco se sabe é que a grande maioria dos chilenos que deixaram o país rumo ao Brasil o fizeram por motivos econômicos.

O Brasil recebeu os primeiros chilenos nos anos 50, atraídos pelo desenvolvimento do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek. Posteriormente, no início da década de 1970, emigraram alguns indivíduos de direita que se sentiam ameaçados pelo governo da *Unidad Popular*, presidido por Salvador Allende. Entretanto, foram iniciativas esparsas que não chegam a caracterizar um fluxo migratório. Após o golpe, inaugura-se um período marcado pela repressão política e, em seguida, uma fase de recessão econômica, que produziu a perda dos padrões sociais das camadas médias e populares, levando milhares de chilenos a emigrar.

O Brasil recebeu os “exilados econômicos”² e os “aventureiros”. A motivação central apontada pelos imigrantes chilenos entrevistados para este estudo é o fator econômico, o que confirma a premissa de que essa imigração tem um caráter mais econômico do que político. É claro que o caos social e político, que vigorava no Chile

² É assim que, segundo a escritora Isabel Allende em seu livro *Mi País inventado*, os chilenos que saíram do país nessa época por motivações econômicas, gostam de ser chamados.

nessa época, também contribuiu para a decisão de emigrar. Portanto, são pessoas expulsas do país pelo conjunto de medidas políticas, econômicas, culturais e sociais implantadas durante o regime militar.

O regime vigente exercia um rígido controle nas diversas esferas da sociedade, fazendo-se presente na obtenção de um emprego, no acesso à universidade, na escola dos filhos, nas ruas e estradas, entre inúmeras outras instâncias. Embora a grande maioria da população que emigrou para o Brasil não tenha sido diretamente ameaçada (não foi presa, torturada, fichada etc.) são pessoas, que além de estarem subempregadas ou desempregadas, sentiam-se humilhadas neste Estado repressor.

A imigração chilena para o Brasil tem dois momentos; o primeiro ocorre ainda nos anos 70; o segundo virá após a crise de 1982 no Chile. Os perfis destes imigrantes, bem como suas inserções são diversas.

Nos anos de 1970, o Brasil necessitava mão de obra qualificada, uma vez que o país ainda não produzia esse perfil de profissional em número suficiente para trabalhar em sua indústria que crescia vertiginosamente nessa época. Assim, o país incentivou a vinda de imigrantes qualificados através de políticas de imigração. No Chile, o consulado brasileiro afixava uma tabela com as profissões que teriam preferência na obtenção de visto de residente permanente. A procura era grande, porque coincidia com uma intensa propaganda do “milagre brasileiro” veiculado pelos meios de comunicação chilenos. A imigração chilena para o Brasil, nessa época, se caracterizava por ser composta de indivíduos com uma formação especializada, principalmente engenheiros e outras áreas técnicas.

O parque industrial do ABC paulista absorveu grande contingente de trabalhadores chilenos. As montadoras de automóveis e autopeças estavam entre os primeiros empregos obtidos, bem como os setores do complexo metal-mecânico, indústria têxtil, construção civil e infraestrutura. Os chilenos, portanto, passaram a se concentrar, principalmente, nas regiões de Santo André, São Caetano e São Bernardo, permanecendo ali até os dias de hoje.

Os anos de 1980 trouxeram uma segunda onda migratória para o Brasil, marcadamente após o ano de 1982, quando ocorre a mais grave crise econômica do período militar. Nesta fase, a população emigrante é mais heterogênea. Os chilenos que vieram nesta época portavam apenas o visto de turista, pois o Brasil havia fechado as portas para a imigração chilena no final dos anos 70. Muitos que vieram nesta época permaneceram aqui de forma irregular.

Nos anos de 1970, ainda não estavam formadas as redes sociais. Eram raros os imigrantes que contavam com familiares ou amigos no Brasil. A maioria apenas trazia o nome do hotel ou aproveitava as indicações ouvidas durante a viagem de avião ou ônibus. Muitos, quando chegavam a São Paulo, se dirigiam às pensões econômicas no centro da cidade. Entre os chilenos ficaram famosas as pensões da Rua Itapeva e da Rua Frei Caneca. Estas pensões, além de serem um abrigo para descansar durante a noite, foram um espaço de intercâmbio das mais variadas informações. Como muitos nessa época vieram em situação praticamente regular, essa troca de informação era principalmente sobre formas e locais de procura de emprego ou onde comer barato e como pedir a comida, já que o idioma era estranho a eles.

O número de chilenos que desembarcou no Brasil apresentava algumas dificuldades uma vez que a Polícia Federal desconhecia o número de chilenos que entraram no país com visto de turista e aqui permanecerem de forma irregular. Porém, ao analisar os dados do censo do IBGE, é possível afirmar que foram nas décadas de 1970 e 1980 que estes imigrantes desembarcaram em maior número no país, números que se refletem no censo de 1980 e 1991, respectivamente. Em 1970, segundo o censo, haviam 1.900 chilenos no Brasil. Este número saltou para 17.830 no censo de 1980 e 20.437, em 1991. Já o censo de 2000 mostra que haviam 17.131 chilenos no país. Segundo dados da Polícia Federal, atualmente há 25.561 imigrantes chilenos no Brasil.

Paralelamente à questão da quantificação desses imigrantes, há outras questões quando o objetivo é falar de comunidades migrantes e que os números não mostram. São questões que dizem respeito à pessoa por trás do migrante.

Em terras brasileiras: as primeiras impressões

Os estudos acerca de comunidades (i)migrantes apontam que os primeiros momentos de uma migração são marcados por uma relação de estranhamento, pois existe um distanciamento com o lugar de destino por não se compartilhar costumes, valores, referências, códigos e, no caso de uma migração internacional, o idioma. Segundo Georg Simmel (1983), o (i)migrante ao se inserir na sociedade que o acolhe dela faz parte como um de seus membros, mas permanece na posição de estrangeiro, independente do tempo decorrido, uma vez que ele não pertence a esta sociedade desde sempre, possui uma origem diferente, portador de outros traços culturais. Nesse sentido, esse estranhamento está ligado à própria identidade cultural dos (i)migrantes.

Nos trabalhos acerca da problemática da identidade notamos que existem diferentes posturas teóricas, bem como definições e estudos diversos. Mas existe um consenso em torno desta discussão: a identidade se constrói a partir do “outro”, ou melhor, de um “eu” tendo o “outro” como contraste. Segundo Roberto Oliveira (1976), a identidade surge por oposição ao “outro”, no contato interétnico, que é chamado por ele de “identidade contrastiva”. Seria como um “jogo de espelhos”, no entender de Silvia Caiuby (1993), onde o “outro” se transforma em espelho, a partir do qual aquele que olha enxerga a si próprio. Nesse sentido, a ideia de identidade presumiria a ideia de alteridade e vice-versa, pois a própria reflexão sobre alteridade precede e permite toda reflexão identitária, já que o sujeito constitui sua identidade no confronto com o “outro”.

Com as mudanças sociais da época moderna, o olhar do pesquisador social se volta para o que Denise Jodelet (1998) chama de *alteridade de dentro*, ou seja, aquela produzida dentro de uma mesma sociedade. É importante destacarmos que a alteridade, aqui, não é tratada no sentido de exclusão, como geralmente é entendida, mas sim como uma relação entre o “eu” e o “outro”. Na alteridade estão imbricados os universos simbólicos e o imaginário, que interdependem e alimentam-se com o que se convencionou chamar de representações. Estas seriam como um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social. Dessa forma, é nas relações sociais – e no cotidiano – que conhecimentos socialmente estruturados e culturalmente aceitos irão combinar as elaborações individuais e estas, vice-versa, contribuirão socialmente, constituindo um movimento duplo e recíproco.

Boaventura de Souza Santos (1993) expõe três dimensões nas quais se assenta uma construção identitária: diferenciação, autorreferência e reconhecimento. O processo de diferenciação é o processo de separação entre “eu” e o “outro”, entre “nós” e o “resto”. A autorreferência é a busca da especificidade do “nós”, do “grupo”. Neste se buscará o que é comum e diferente do resto, e é neste processo também que adquirem importância os mitos de origem, os rituais e símbolos e a história compartilhada. E, para se constituir plenamente, uma identidade necessita do reconhecimento do “outro” com o qual se está em relação.

Em sua tese “Estrangeiros liberados no Brasil e brasileiros em Lagos”, Manuela Carneiro da Cunha (1985) aponta que no processo de identificação étnica assiste-se a uma dupla e indissociável gênese: a formação de uma cultura, que a autora denominou de “cultura da diáspora”; e a constituição simultânea da comunidade que se pauta por ela, à qual essa cultura serve de peso e de medida. A “cultura da diáspora” é uma seleção

elaborada de traços culturais tidos por autênticos e tradicionais. Mas, a escolha desses traços culturais, que irão garantir a distinção do grupo/comunidade enquanto tal vão depender da presença de outros grupos e da sociedade de estabelecimento. Tais elementos da “diáspora” devem ser sucintos, pois se busca levar, segundo a autora, aquilo que é mais operativo para servir de contraste.

O imigrante chileno configurou sua identidade cultural nacional chilena no processo de socialização acontecido no Chile. No processo migratório, sua identidade foi interagindo com uma nova realidade – no caso o Brasil – e, conseqüentemente, sua identidade cultural nacional foi se modificando. A autorreferência por oposição ao “outro”, a busca pelos “mesmos” e dentre aqueles que compartilham a mesma experiência - a da (i)migração – e, principalmente, aqueles que vieram do mesmo lugar de origem, vão marcar este primeiro momento da (i)migração. Neste sentido, as redes de sociabilidade jogam um papel importante neste processo de identificação/diferenciação com o outro.

Nos anos de 1970 ainda não estavam formadas as redes de sociabilidade dos imigrantes chilenos no Brasil. Muitos se dirigiam às pensões no centro de São Paulo onde passavam os primeiros tempos. As pensões desempenhavam múltiplas funções: eram um espaço de intercâmbio das mais variadas informações, desde o procedimento para a obtenção da documentação até locais e formas de procurar emprego, além, é claro, de tornarem-se um abrigo para descansar à noite³. Estes imigrantes que chegaram ao Brasil nos anos 70 relatam que os primeiros contatos e vínculos se constituíram entre os próprios chilenos. Partilhavam uma igualdade: a de possuírem as mesmas raízes, e a de compartilharem a experiência de ser um imigrante no Brasil.

Ao tratar da temática das redes de sociabilidade em sua tese de livre docência, Maura Vêras (2003) nos aponta as características dessas teias de relações tecidas pelos grupos de (i)migrantes como sendo importantes pelo seu papel fundamental de integração dos novos elementos na nova realidade, seja no sentido de fornecer os primeiros subsídios ao recém-chegado, seja por constituírem uma comunidade de apoio que pode orientá-los nos hábitos do lugar, na localização no novo espaço, na obtenção de um emprego.

Antes de entrarmos nas questões da importância dessas teias de relações tecidas pelos chilenos no Brasil, gostaríamos de apontar outra importante característica dessas redes e que também foi observada no discurso dos entrevistados. Todos os depoentes chamaram a atenção para o fato de que decidiram emigrar para o Brasil porque haviam

³ Ibidem.

recebido informações de amigos chilenos que já se encontravam no país e que lhes disseram que a situação da economia brasileira era muito boa e que as perspectivas de se conseguir um emprego também.

Assim, essas redes, além de facilitar a inserção em um novo contexto, são também imprescindíveis para a manutenção dos fluxos (i)migratórios, uma vez que se transformam em um elemento propagador da ilusão migratória, ou seja, de uma visão idílica do país de destino (SILVA, 1997), e, mais ainda, funcionam como uma estratégia que indica maneiras de ver o país de origem e de se relacionar com o país de adoção.

Muitos dos chilenos entrevistados destacaram que essa ajuda entre seus “patrícios” foi muito importante para o processo de adaptação. O maior desafio para estes imigrantes foi o idioma. Apesar da proximidade que há entre o espanhol e o português, no dia a dia muitas vezes o idioma se apresentou como uma barreira na comunicação com residentes para comprar comida, ir ao médico, ou ainda, para conseguir colocar os filhos em alguma escola. Muitos imigrantes não lembram o momento exato em que começaram a entender o português, mas nos apontam que, apesar de estarem há anos no Brasil e de entenderem e falarem o a língua, o idioma usado em casa continua a ser o espanhol.

Mas não é só a língua que estes imigrantes conservam em casa. Em muitas residências é possível observar elementos de referência ao Chile: bandeiras do país; quadros do porto de Valparaíso, moais da Ilha de Páscoa, pôsteres ou livros de Pablo Neruda; discos de artistas chilenos como *Los Jaivas*, *Violeta e Isabel Parra*; cds de *Illapu* ou *Inti Illimani*. Na cozinha observamos *tostadores*, *piedras* para fazer *Chancho en Piedra*⁵, potes com *dulce de membrillo* ou *mermeladas*⁶ *de damasco* ou *de mora* caseira feitas na última visita ao país natal ou trazidas por algum parente.

Estes elementos inseridos do cotidiano fazem parte de uma tentativa de recriar a terra natal na diáspora. São significativos não tanto pelo valor de uso, mas pelo valor simbólico que carregam, representando uma filiação a uma nação que, após o deslocamento geográfico, os imigrantes chilenos compartilham apenas simbolicamente. Paralelamente a essa união simbólica com o país de origem, passam a marcar uma diferença com relação ao país de estabelecimento.

Esse “compartilhar” de tradições, hábitos e elementos simbólicos pelos imigrantes

⁴ Estátuas da Ilha de Páscoa.

⁵ Salsa muito popular no Chile feita com tomate e alho moídas em uma pedra côncava.

⁶ Geléias.

de uma mesma nacionalidade, a partir de uma identidade cultural nacional comum é o que será chamado por Vêras (2003) de “comunidade de iguais”. Segundo a autora, essa “comunidade de iguais” é também reforçada pelo elo das tradições do local e contribuem para a especificidade do grupo, que segundo Maura Vêras também implica em um aprofundamento da relação de alteridade com a sociedade receptora.

Contudo, esses traços culturais serão modificados no novo contexto, ganhando uma nova dimensão: a de ser uma afirmação sobre uma identidade étnica (CUNHA, 1985). É por isso que acreditamos que os (i)migrantes utilizam elementos e símbolos ditos tradicionais ou nacionais para construir sua identidade na relação com o “outro” e, mais do que isso, para marcar essa diferenciação em relação à sociedade que o adotou, afirmando-se assim como “outro” perante a sociedade de estabelecimento. Mas estes elementos só farão sentido se compartilhado pelo grupo de “iguais”.

Observamos no decorrer da pesquisa “Estrangeiros na Metrópole: a produção da alteridade, cultura e territórios em São Paulo” que, no processo de inserção na sociedade brasileira, muitos grupos de (i)migrantes formavam associações com interesses que ultrapassam a pura solidariedade. Visavam também manter sua cultura original no Brasil e representá-la perante a sociedade brasileira. Um exemplo ilustrativo disso são os inúmeros grupos folclóricos formados pelos mais variados grupos de (i)migrantes. É importante destacar que muitas vezes esses (i)migrantes nunca haviam participado de qualquer grupo de dança e, às vezes, mal conheciam bailes tradicionais de seu país ou lugar de origem. Isso nos faz acreditar que de fato há uma necessidade do (i)migrante de assumir-se como o “estranho” e de ser reconhecido pela sociedade de estabelecimento como tal.

Em sua tese “Nas terras do deus-dará”, Dulca Baptista (1998) aponta que essa organização funciona como um “nicho identificatório” para a população que envolve. A ideia de “nicho identificatório” é vital para concluir a questão da subjetividade e da rede como lugar de resistência e de alteridade com a sociedade de estabelecimento.

Entre duas pátrias: a construção de uma identidade transcultural

Após vinte e cinco anos vivendo no Brasil, estes imigrantes mantiveram seus laços de amizade com seus conterrâneos. Mesmo já tendo passado pelo período de adaptação, de já estarem, de certa forma, inseridos no país de estabelecimento, de terem criado seus filhos e em alguns casos, os netos, no Brasil, procuram se relacionar e ter vínculos de

amizade apenas com outros chilenos. O principal motivo apontado é o poder compartilhar as coisas em comum – tanto pelo fato de serem conterrâneos, mas também por serem todos imigrantes.

Esse círculo de amigos, como vimos, foi se constituindo no trabalho, nas pensões e também através de outros chilenos. Muitos, de fato, retornaram ao Chile nos anos 80 e 90, mas aqueles que ficaram e formaram seus vínculos de amizade continuam preservando esses laços até o dia de hoje. Uma das principais funções dos grupos de amigos é substituir as relações familiares que permaneceram no Chile. Observam-se práticas de ajuda mútua no cuidado dos filhos, cooperação e solidariedade existentes até hoje. Após trinta anos de sua imigração, os imigrantes chilenos já passaram por essa primeira fase de adaptação e o estranhamento inicial já foi superado. Mas será que essa percepção e distinção entre o “nós” e os “outros” também? Segundo Cortes, o estrangeiro, após certo tempo, começa a viver uma segunda fase de estranhamento: aquela para com o país de origem.

Muitos trabalhos sobre grupos de (i)migrantes apontam que o processo de adaptação na sociedade de estabelecimento e de origem vai desencadear uma transformação na identidade cultural nacional do estrangeiro. Em outras palavras, a medida que o (i) migrante vai se integrando à nova cultura do país de estabelecimento, sua identidade cultural vai se modificando. Velhos traços vão se transformando, novos traços vão sendo assimilados, e é desta transformação que surge uma nova identidade cultural, que não é mais a sua identidade “original” – do país de origem – mas também não é a identidade do país de destino – no caso, a identidade brasileira.

A identidade desse estrangeiro, pela “força” da transformação, é uma identidade transcultural (TODOROV, 1999) que o coloca em conflito permanente com suas raízes. Tzvetan Todorov (1999), na introdução de seu livro “O homem desenraizado” – uma introdução autobiográfica – fala que o estrangeiro após anos vivendo em meio à outra cultura, passa a carregar em sua bagagem uma identidade que é “dupla”, ou seja, com elementos do lugar de origem e também do lugar de destino. É nesse sentido que o autor denomina essa “dupla” identidade de identidade transcultural. Uma vez constituída essa identidade, o (i)migrante passa a sentir estrangeiro na sociedade de estabelecimento e também na sua própria terra natal.

Ousaremos em dizer que a língua é o fator mais nítido deste processo de transculturação. O que o imigrante chileno fala já não é o espanhol puro. Ele incorporou no seu vocabulário palavras da língua portuguesa, formando um terceiro idioma que é comumente chamado de *portunhol*. Os próprios imigrantes apontaram para o fato de que

já não conseguem falar o espanhol puro, sem acrescentar algumas palavras do português, mesmo quando estão no Chile. Além disso, apontam que o chileno que emigrou fala um castelhano mais lento que do chileno que permaneceu no país.

Apesar desses imigrantes conservarem seus costumes, hábitos e cultura, com o passar dos anos foram incorporando aspectos da cultura brasileira no seu cotidiano. O fato de terem emigrado e terem vivido uma realidade diferente em um novo contexto fez com que a visão e a percepção que tinham do seu país de origem mudasse. O “olhar” que se tem agora em relação ao Chile é um olhar “de fora”, um olhar estrangeiro. Este olhar “de fora” consegue captar as contradições, os conflitos e até a própria cultura do país que, antes da imigração, não era percebida porque não existia uma outra referências que permitisse uma comparação. A (i)migração amplia o acervo de referências culturais do imigrante adquirindo novas formas de identificação (DOMINGUEZ, 2004).

Quando perguntamos aos nossos entrevistados como eles se veem hoje, a resposta foi unânime: todos se sentem “duplos” estrangeiros; tanto na terra natal quanto na terra adotada. Há ainda quem diga que se sente mais “estranho” no Chile do que no Brasil. É como se estes indivíduos habitassem a “fronteira”, ou seja, estivessem sempre divididos por se encontrarem permanentemente em dois lugares ao mesmo tempo, como se estivessem em lugar nenhum – nem no Chile nem no Brasil – ou no dizer de Marc Augé (1994), em um não-lugar.

O retorno

Os últimos anos da década de 1980 foram marcados por uma grande transformação política no Chile: a ditadura chegara ao fim. O Brasil, nesse período, estava passando por um ciclo de crises econômicas. Esses fatores colocaram muitos chilenos no dilema do retorno ao país de origem.

A democracia encabeçada por Patricio Aylwin (1990-1993) implementou políticas que promoveram o retorno dos chilenos que viviam no exterior e os altos índices de crescimento econômico da época criaram muitas expectativas. Muitos chilenos, nesse período, encerraram o ciclo da imigração e voltaram para sua terra. Os que ficaram perceberam que também haviam encerrado um ciclo e que, além de sofrerem uma transformação em sua identidade, haviam também constituído um “lar” no Brasil, onde já haviam se estabilizado economicamente e profissionalmente.

Atualmente, os imigrantes que vieram nos anos de 1970, já entraram em outra fase: já criaram seus filhos, estão aposentados ou em vias de e, com isso, cogitaram a

possibilidade de voltar ao Chile. O que percebemos no discurso desses imigrantes é que a vontade de retornar à suas raízes sempre existiu. Na verdade, eles declararam que no próprio projeto migratório já estava implícita a ideia do retorno, já que a maioria emigrou para o Brasil com a finalidade de juntar dinheiro e voltar. Mas muitas coisas foram acontecendo e estes imigrantes foram adiando cada vez mais retorno a sua terra.

A questão do retorno parece um fator indiscutível quando se trata de (i)migrações. Segundo Laura Esteves (2000), todos os indivíduos que estão longe de tudo aquilo que se constitui nos elementos responsáveis pela sua formação cultural e social, onde estão enraizadas suas origens, alimentam o desejo de um dia poder retornar para sua terra natal, berço de sua existência. A ideia de emigração, portanto, traz subjacente à ela a ideia de um retorno. O emigrante não é apenas aquele que parte para outro país, é aquele que de alguma forma se mantém ligado ao país de origem (MONTEIRO, 1994), e de alguma forma, o retorno está ligado a este fator.

Realmente, emigrar não implica em um esquecimento ou desligamento total do local de origem. Alguns imigrantes chilenos ressaltaram que o contato com a família que ficou lá ainda permanece e, de certa forma, existe uma relação entre a vontade de retornar e a existência de familiares próximos no Chile. Aqueles que já não têm um forte vínculo com algum familiar –seja mãe, irmão, primos, tios, sobrinhos – quando indagados sobre a possibilidade de um retorno, respondem não saberem se o fariam. Somado a isto, uma vez constituída a família no local de destino, o retorno definitivo se torna ainda mais difícil, pois deixar os filhos e netos no Brasil seria doloroso. Porém, outros entrevistados afirmam que voltariam ao Chile porque acham importante voltar às suas raízes. Aos lugares sagrados.

Em suma, o retorno ou não às suas raízes e ao seu lugar de infância é uma questão que se coloca em algum momento da vida de cada imigrante, mas fazê-lo de fato é uma decisão pessoal frente à conjuntura que ele se coloca.

O que não se pode negar é que a (i)migração, como ressalta Martins (1988), apesar de todos os percalços que o imigrante enfrenta, pode significar um ganho para aquele que dela experimenta. Do ponto de vista econômico, a migração abre possibilidades de melhorar o nível de vida, comparando-se com o vivido anteriormente e do ponto de vista social e cultural, tal processo pode abrir um amplo leque de contatos com múltiplos universos culturais, os quais podem ser enriquecedores tanto para o (i)migrante quanto para a sociedade que o recebe (MARTINS, 1988).

Considerações Finais

A problemática central deste artigo esteve direcionada a pesquisar o processo de construção identitária dos imigrantes chilenos que chegaram ao Brasil nos anos de 1970. O contexto histórico em que se deu esse primeiro contingente de imigrantes foram os anos da repressão militar de Augusto Pinochet, que se instalou no Chile em setembro de 1973. Somado a isso, uma forte crise econômica veio assolar o país. Juntamente com a crise econômica, o Chile vivia um caos social e político imposto pelo regime ditatorial. A partir daí milhares de pessoas decidem abandonar o país em busca de melhores condições de vida. Muitos imigrantes chilenos relataram que a principal razão da emigração foi a situação econômica do Chile; a falta de emprego, os baixos salários e a falta de perspectivas profissionais. Além disso, a desordem social e política também pesou na hora da decisão. Nesse sentido, é possível afirmar que a imigração chilena se caracteriza por ser uma imigração econômica e não um exílio político.

A escolha pelo Brasil não foi mero acaso. Nesta época, o país vivia os anos do “milagre econômico” e experimentava um crescimento econômico alicerçado em um desenvolvimento industrial sem igual na América Latina (CORTES, 2000). Somado a isso, vigorava no Brasil uma política migratória de “importação” de profissionais qualificados. Cabe lembrar que essa política se restringia apenas a profissionais técnicos que seriam destinados ao setor industrial que, na época, se encontrava em crescimento.

Os imigrantes chilenos que vieram para o Brasil nos anos de 1970 eram, em sua maioria, engenheiros e técnicos qualificados. Muitos desses indivíduos optaram por emigrar para terras brasileiras por indicação de amigos ou ex-colegas de trabalho no Chile, que já se encontravam aqui. Outra razão que os fez optar pelo Brasil foi a proximidade que o país tem com a terra natal, já que estes imigrantes não desejavam se afastar em demasia do país de origem, nem tampouco da família, possibilitando, também, visitá-los quando desejassem.

No Brasil, estes imigrantes encontraram-se em uma situação contrastiva com um “outro” que eles não conheciam. Na realidade, eles próprios perceberam-se como “outro” em uma terra estrangeira. A partir daí, começaram a pautar sua identidade cultural nacional, ou seja, a partir do contraste com o “outro” – no caso os brasileiros – o imigrante chileno começou a voltar os olhos para sua própria identidade. Nesta conjuntura contrastiva estes indivíduos foram em busca dos seus “iguais” – que seriam aqueles que compartilham da mesma experiência migratória e, dentre estes, aqueles provenientes do mesmo lugar de origem, no caso, o Chile.

As redes de sociabilidade foram muito importantes para acalantar e inserir os imigrantes recém-chegados no novo contexto. Estas redes sociais, pelo que se viu, não representam somente o “apoio necessário” entre os que dividem um passado cultural comum em uma terra estrangeira. Elas também são responsáveis por uma nova forma de organização para enfrentar os problemas e obstáculos que se apresentam no país de estabelecimento. Essa organização é baseada na reciprocidade e na cooperação entre os (i)migrantes, possibilitando, também, a reconstrução da identidade e da cultura de origem na nova realidade.

No Brasil, os chilenos vão procurar suas “raízes” para pautar sua diferenciação perante os brasileiros. Num processo de identificação/diferenciação, eles constroem, juntamente a seus iguais, uma identidade na diáspora. Estes imigrantes vão procurar elementos e símbolos “tradicionais” de seu país de origem para construir sua identidade na relação com o “outro”, ao mesmo tempo em que se afirmam como “outro” perante a sociedade de estabelecimento. Porém, esta cultura da diáspora só faz sentido porque seus elementos são compartilhados pelo “grupo de iguais”. Essa rede de sociabilidade, portanto, também funciona como um “nicho identificatório” (BATISTA, 1998) para o grupo de migrantes. Assim, essa bagagem comum e a ideia de pertencer à mesma comunidade original permitem o desenvolvimento de práticas de ajuda mútua e solidariedade no interior do grupo.

Na pesquisa notamos que a procura pelos “iguais” não se restringe apenas à primeira fase da imigração. Com o passar dos anos, os vínculos de amizade que se formaram entre os imigrantes chilenos durante esse primeiro período se mantiveram e se intensificaram. Segundo pesquisa de Cortes, os imigrantes chilenos de São Paulo têm formado associações e outros grupos organizados, principalmente na última década. Os imigrantes entrevistados relataram que seu círculo de amigos é formado apenas por chilenos e assim o preferem porque com outros chilenos há mais coisas em comum. A relação dos entrevistados com brasileiros se restringe apenas ao ambiente de trabalho.

O imigrante chileno, com o passar dos anos, foi-se integrando à nova sociedade. Sua identidade cultural foi sofrendo modificações e, conseqüentemente, velhos traços foram se transformando e novos foram sendo incorporados. Dessa transformação surgiu uma identidade transcultural (TODOROV, 1999) ou seja, uma identidade que é, ao mesmo tempo, brasileira e chilena.

Constituída essa nova identidade, o imigrante chileno passa a sentir-se estrangeiro tanto na sociedade adotada quanto na sociedade de origem. Na fala dos imigrantes, todos

alegam não saberem a qual lugar pertencem, já que se sentem o “outro” em ambos países. Assim sendo, esses imigrantes encontram-se “na fronteira” permanentemente, ou seja, “com um pé lá e outro cá” e, por se encontrarem em dois lugares ao mesmo tempo, estão em um “não-lugar” (ÁUGE, 1994).

Com o fim do regime militar de Pinochet nos anos 90 e com as sucessivas crises que o Brasil vivia nessa mesma época, os imigrantes chilenos foram levados a avaliar a experiência migratória diante dessa conjuntura. Segundo Tito Monardez (1994), o governo de Patricio Aylwin (1990-1993), que sucedeu a ditadura pinochetista, implementou políticas que promoveram o retorno dos chilenos que viviam no exterior. Muitos, de fato, retornaram ao Chile, mas os que ficaram no Brasil, perceberam que já haviam se adaptado ao país e também constituído em “lar”.

Atualmente, esses imigrantes da primeira geração já estão aposentados ou estão em processo de; já criaram seus filhos e, muitos, inclusive, já têm netos. Diante de sua atual situação, o imigrante chileno encontra-se, novamente diante da possibilidade do retorno. Na verdade, esse desejo sempre existiu e, segundo Sayad⁷, ele vem colado ao próprio projeto (i)migratório. É uma vontade natural de todo (i)migrante.

Entre os imigrantes chilenos existe uma nostalgia da terra natal e uma vontade de retornar a ela. Mas, ao mesmo tempo, estes imigrantes não querem deixar para trás ou abandonar de vez o país que os acolheu e que lhes possibilitou novos caminhos e uma outra percepção de si mesmo. Este sentimento é parte constitutiva da própria identidade transcultural desses estrangeiros já que, hoje, eles sentem que pertencem a ambos os lugares, querendo, assim, conservar, onde quer que esteja, o melhor dos dois mundos. A identidade transcultural do (i)migrante acaba tornando-o um cidadão do mundo, ou seja, um sujeito sem apego à pátria, ao país, às nacionalidades. É a identidade do ser humano sem fronteiras.

A experiência (i)migratória se apresenta como uma realidade complexa e facetada. Implica diversas questões sócio-econômicas, políticas, culturais e até mesmo religiosas que envolvem indivíduos e sociedades⁸. Mas para aquele que migra, as riquezas e contradições de tal experiência talvez nunca possam ser traduzidas ou expressas em categorias, pois o vivido é dinâmico e implica sentimentos e sonhos difíceis de serem quantificados, verbalizados ou, até mesmo, escritos.

⁷ SAYAD, A, op.cit, pág 59.

⁸ SILVA, Sidney Antônio da, Costurando Sonhos, trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo, São Paulo, Paulinas, 1997.

Referências Bibliográficas

- ALLENDE, Isabel *Mi país inventado*, Sudamericana, Buenos Aires, 2000.
- AUGÉ, Marc *Não-lugares: introdução a uma antropologia da super modernidade.*, Papirus, Campinas, 1994.
- BAPTISTA, Dulce *Nas terras do Deus-dará: nordestinos e suas redes sociais em São Paulo*, Tese de Doutorado, PUC-SP, São Paulo, 1998.
- BERGER E LUCKMANN *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*; Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.
- BEVILACQUA, Maria Edith Guerreiro *Estrangeiros- peregrinos da América: os latino-americanos do Cone Sul (argentinos, chilenos e uruguaios 1970-1990)*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1992.
- BILAC, Dória E. *Famílias de trabalhadores, estratégias de sobrevivência: a organização da vida familiar em uma cidade paulista*, Símbolo, São Paulo, 1978.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.
- BONASSI, Marguerita. *Canta, América sem fronteiras: imigrantes latino-americanos no Brasil*, Ed. Loyola, São Paulo, 2000.
- BRITO, F; Os Povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo, in Patarra. N. *Emigração e Imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*; Volume 1, Campinas, setembro, 1995.
- CAIUBY , Silvia *Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. Edusp, São Paulo, 1993.
- CORTES, Verônica P. Aravena *Chilenos em São Paulo: a trajetória de uma imigração*. Tese de doutoramento, FFLCH, 2000.
- CUNHA, Manuela da. *Estrangeiros liberados no Brasil e brasileiros em Lagos*. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- D'ADESKY, Jacques; Imigração interna e controle de estrangeiros – o discurso nacional e a prática da exclusão social; Seminário Internacional – *As minorias e o Direito*; Série Cadernos, V.24, Rio de Janeiro, s/d.
- DOMINGUEZ, Luis Esteban *Imigração Argentina em São Paulo 1970-1983: ressignificando identidades*. Dissertação de mestrado; PUC-SP, 2004.
- ESTEVES, Laura Leitão *Entre duas pátrias, o mito do retorno: memória e imaginário de mulheres portuguesas em São Paulo*; Dissertação de mestrado em Ciências Sociais; PUC-SP, 2000.
- GARRETÓN, Manuel A. Evolução política do regime militar chileno e problemas da transição para a democracia; in O' Donnell, Guillermo, *Transição do regime autoritário*.

Ed. Vértice, s/d, pág.73-81.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A, Rio de Janeiro, 2004.

HOJMAN, Eugenio 1973-1989 Memorial de la Dictadura: cronologia de 16 años de pesadilla; Editorial Emisión, Santiago- Chile, s/d.

IANNI, Octavio. *A era do Globalismo; Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1997.

JODELET, Denise “A alteridade como produto e processo psicossocial” in: ARRUDA, A. (org.), Representando a alteridade, Vozes, Petrópolis, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Migrações temporárias: problema para quem?* in Travessia, São Paulo, CEM, ano 1, n°1, maio/agosto, 1988.

MENEZES, Lená Medeiros. *Movimentos e políticas em perspectiva histórica: um balanço do século XX*. In: CNPD, Migrações internacionais: contribuições para a política. CNPD, Brasília, 2001.

MONARDEZ, Tito Artur *Identidade étnica e aculturação do emigrante chileno residente na Grande São Paulo, que emigrou após o Golpe de Militar de 1973*, Dissertação de Mestrado, PUC-SP, São Paulo, 1994._

MONTEIRO, Paulo Filipe; *Emigração: o eterno mito do retorno*; Celta editora, Oeiras, 1994.

MONARDEZ, Tito Arturo Valencia *Identidade étnica e aculturação do emigrante chileno residente na Grande São Paulo, que emigrou após o Golpe de Militar de 1973*, Dissertação de Mestrado, PUC-SP, São Paulo, 1994._

OLIVEIRA, Roberto C. *Identidade, etnia e estrutura social*; Pioneira, São Paulo, 1976.

PELLEGRINO, Adela . As migrações no Cone Sul, com ênfase no caso do Uruguai, in Patarra, N. Lopes (coord.), *Emigracao e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*,_v.1, Fnuap, Campinas, junho 1996, p.78-88.

PERALVA, Angelina *França: imigrantes, estrangeiros, estranhos*; In: Revista Lua Nova, s/d, s/ed, n°33, 1994.

PEREIRA, João Baptista Borges. in *Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes em São Paulo*; da Silva, Sidney Antonio; Paulinas, São Paulo, 1997.

SADER, Emir. *Chile (1818-1990): da independência à redemocratização*._Brasiliense, São Paulo, 1991.

_____. *Democracia e ditadura no Chile*. Brasiliense, São Paulo, 1984.

SANCHEZ, Domingo. Migraciones internacionales desde los países del Cono Sur e América Latina hacia el Brasil, in *Migraciones internacionales em América Latina*, Cepam, Caracas, v.1, 1980, pp.155-172.

SANTOS Junior, Belisário dos. *Alterações na situação jurídica do estrangeiro no Brasil*.

Lei 6.815/80 *in* Travessia, n.11. Centro Pastoral dos Migrantes N. Sra. Da Paz, São Paulo, 1991.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Edusp, São Paulo, 1998.

_____. *A noção do retorno na perspectiva de uma antropologia total do ato de migrar in Travessia: Revista do Migrante*, nº especial, janeiro, 2000.

SCHWARCZ, L. M. e QUEIROZ, R. (org.) *Raça e diversidade*. Estação Ciência/CNPq/Edusp, São Paulo, 1996.

SIMMEL, G. O estrangeiro (pág 182-188). G., *Georg Simmel: Sociologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ática, São Paulo, 1983.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*; Ed. Contexto, São Paulo, 1998.

SILVA, Sidney Antônio da. *Costurando Sonhos, trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo, Paulinas, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Modernidade, identidade e a cultura de fronteira*. Tempo Social, São Paulo, 1993.

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Record, Rio de Janeiro, 1999.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*; Educ, São Paulo, 2003.

_____. *Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo*. XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 1998.